



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da mesa redonda de alto nível sobre mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento

São Paulo-SP, 15 de junho de 2004

Quero cumprimentar mais uma vez o secretário-geral das Nações Unidas, senhor Kofi Annan,

Quero cumprimentar o embaixador Rubens Ricúpero, secretário-geral da UNCTAD,

Quero cumprimentar o nosso mais novo visitante, Leonel Fernández, presidente eleito da República Dominicana,

Quero cumprimentar a senhora Ana Vilma Albanez de Escobar, vice-presidente de El Salvador,

Quero cumprimentar os demais membros da mesa,

Quero cumprimentar os meus ministros aqui presentes,

Embaixadores,

Delegados e delegadas presentes a esse evento,

Quero reiterar minhas mais calorosas boas vindas ao secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Cumprimento também o chefe do Departamento de Temas Econômicos e Sociais das Nações Unidas, José Antonio Ocampo, pela iniciativa de organizar este painel sobre financiamento e desenvolvimento. Com isso, quero saudar a presença de outras autoridades, diplomatas, especialistas, representantes de organismos internacionais, ONGs e representantes da sociedade civil.

A mesa redonda que estamos abrindo trata de um tema que considero de grande importância e se situa no centro das minhas preocupações.

Minhas senhoras e meus senhores,



Como recordamos ontem, há 40 anos a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento defendia mudanças nas instituições internacionais para favorecer o crescimento sustentado dos países pobres.

Algumas conquistas foram alcançadas. Apesar disso, o comércio mundial não se transformou em motor de desenvolvimento para a maioria. Os fluxos financeiros e o investimento continuam concentrados nos países desenvolvidos.

A liberalização e a internacionalização de nossas economias não contribuíram para a diminuição dos desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e tecnológicos.

Muitos países latino-americanos seguiram o impulso de liberalização, até mesmo unilateral, acreditando que as políticas intervencionistas de décadas passadas foram responsáveis pelas crises dos anos 80.

Imaginavam que a mera liberalização dos mercados financeiros geraria poupança doméstica, investimentos produtivos e o aumento da eficiência e da estabilidade econômica.

No entanto, a maioria dos países emergentes tem experimentado maior instabilidade. O aumento da atividade do setor financeiro não trouxe, por si só, os benefícios esperados para o comércio e para a indústria.

Nos países em desenvolvimento, onde a liberalização ocorreu sem o apoio de políticas de Estado, houve mais volatilidade, maior incerteza e mais especulação.

Não basta aos Estados nacionais perseguirem a disciplina monetária e fiscal. Esta é uma condição indispensável, mas não suficiente. Precisamos de uma nova mobilização política voltada para o desenvolvimento com inclusão social.

Essa nova agenda deve também incluir entre seus objetivos a promoção de um comércio mais justo e de fluxos financeiros internacionais mais estáveis.

Os critérios do FMI para os países em desenvolvimento devem ser



adaptados, de modo que os investimentos em infra-estrutura não sejam contabilizados como gastos.

Eu mesmo tive a oportunidade de, alguns meses atrás, enviar mensagem para todos os presidentes e chefes de Estado que têm influência no FMI, para que orientassem os seus representantes no FMI a levar em conta a necessidade de diferenciação do chamado gasto com uma piscina feita na casa de uma autoridade e o gasto feito numa hidroelétrica, numa hidrovía ou numa ferrovia e que os investimentos de infra-estrutura não fossem considerados gastos comuns na contabilidade do FMI.

Obviamente, eu acho que nós precisamos brigar um pouco para que isso possa acontecer, afinal de contas, ninguém segue a ninguém se não houver um pouco de briga e uma boa briga sempre faz bem para o fortalecimento da democracia e também das instituições de financiamento do setor produtivo no mundo.

Meus amigos e minhas amigas,

Ao estudarmos os mecanismos de financiamento ao desenvolvimento, devemos sempre levar em conta a necessidade de dar prioridade ao combate à fome e à pobreza.

Com esse objetivo, Índia, Brasil e África do Sul, o chamado IBAS, criaram no ano passado um Fundo para o alívio da fome e da pobreza. Esse Fundo visa a reproduzir, em países mais pobres, políticas sociais bem-sucedidas.

Mais recentemente, os presidentes Jacques Chirac e Ricardo Lagos, o secretário-geral Kofi Annan e eu criamos um grupo de trabalho, quando da nossa reunião em Genebra, em janeiro último.

Esse grupo técnico, que hoje se reúne à margem da UNCTAD, está estudando diversas opções de financiamento ao desenvolvimento. Até o mês de julho, deve apresentar sugestões de mecanismos viáveis para a obtenção de recursos adicionais para financiar o desenvolvimento dos países pobres.



Uma das propostas em exame é a taxação de determinadas transações financeiras, especialmente as oriundas de paraísos fiscais.

Outra idéia seria um imposto sobre o comércio de armas. Apesar das dificuldades de implementação, creio que a proposta se justifica por razões não apenas econômicas, mas, sobretudo, éticas.

O grupo estuda, igualmente, formas de promover investimentos socialmente responsáveis, bem como contribuições voluntárias do setor privado e de indivíduos.

É importante lembrar que no dia 23 de setembro do ano passado, na abertura da Conferência das Nações Unidas, eu, pessoalmente, fiz a doação de um prêmio que ganhei do Príncipe das Astúrias, e ao mesmo tempo, alguns empresários brasileiros deram uma contribuição de aproximadamente 1 milhão e 600 mil dólares, para que isso pudesse servir de exemplo a outros empresários e a outras instituições para colaborarem com o projeto de combate à fome.

O desafio, na verdade, é criar as condições de convencer os governantes do mundo a entenderem que a fome é o que mais mata gente no mundo, hoje. Possivelmente, as guerras não consigam matar a quantidade de pessoas que a fome mata, com um agravante: a fome mata pessoas inocentes, mata crianças e, às vezes, mata o feto quando ainda está na barriga da mãe.

Portanto, é um problema político da maior gravidade, não é apenas um problema estatístico que leve em conta, nos nossos discursos, sobre os problemas sociais.

Uma outra proposta sob exame é a idéia britânica de um Mecanismo de Financiamento Internacional. O chamado IFF prevê uma engenharia financeira que permitirá antecipar importantes recursos para a ajuda ao desenvolvimento.

O grupo sugerirá formas de gestão eficaz dos recursos e a necessária coordenação institucional, sob o amparo das Nações Unidas. Para isso, nós estamos convocando uma reunião de chefes de Estado para o dia 20 de



setembro, antes da reunião de abertura da Conferência das Nações Unidas, para discutir e consolidar, possivelmente, a constituição desse Fundo.

Como já disse mais de uma vez, não pretendemos ter o monopólio das boas idéias, nem esperamos que o grupo vá esgotar o debate sobre o assunto. São temas obviamente complexos, não só do ponto de vista político, mas técnico. Exatamente por isso, entendo ser necessário promover e aprofundar essa discussão.

Precisamos, acima de tudo, mobilizar a comunidade internacional. Por isso, estou promovendo, com o apoio do Secretário-Geral da ONU, essa reunião que eu espero que seja acompanhada com carinho por todas as pessoas que estão aqui, porque eu penso que a fome passa a ser uma tarefa e uma responsabilidade daqueles que comem.

Houve um tempo, quando eu era mais jovem, em que eu costumava dizer que as pessoas precisavam passar fome para poder aprender. Hoje, eu estou convencido que quem está com fome não faz revolução. Quem está com fome, na verdade, está subordinado à submissão total, porque não tem forças para reagir ao resultado das políticas injustas criadas no mundo. Então, no fundo, somos nós que estamos aqui e os milhões que estão fora, que devemos assumir a responsabilidade de fazer essa luta para que o mundo seja mais justo, mais humano e socialmente mais justo.

Além das recomendações do grupo técnico, contribuições de outros governos e instituições serão muito bem-vindas. Gostaria que dessa reunião resultassem propostas que possam ser levadas à consideração das Nações Unidas, de modo a contribuir para a revisão, em 2005, da implementação das Metas do Milênio.

Queria lembrar também aos senhores e ao secretário-geral Kofi Annan, que instituímos no Brasil, por iniciativa da sociedade civil, uma semana do mês de agosto como a Semana da Solidariedade, vamos chamar assim, uma semana em que o governo, como membro participante, disporá o que estará



fazendo para atingir as Metas do Milênio e a sociedade civil, através das entidades representativas, tanto da sociedade civil quanto de empresários e sindicatos, irá também prestar contas do que está fazendo para que a gente atinja as Metas do Milênio, porque se não fizermos isso, chegaremos no final do prazo e constataremos que a situação está pior do que quando foram aprovadas as Metas do Milênio, no ano de 2000. Então, é da nossa responsabilidade fazer com que nós mesmos nos fiscalizemos e que a sociedade possa ajudar, não apenas fiscalizando o governo mas, também, dando a sua contribuição para que as Metas do Milênio possam ser atingidas nos países mais pobres.

Minhas amigas e meus amigos,

O combate à fome e à miséria tem orientado, praticamente, minha ação política interna, nos diversos programas sociais que estamos implementando, e em todos os meus encontros internacionais.

O combate à fome vai muito além do acesso à comida. Requer acesso à saúde, ao saneamento e à educação. Exige melhores oportunidades de emprego e de renda. Há muita fome no mundo: fome de inclusão, fome de cidadania, fome de participação e fome de desenvolvimento.

Nessa luta eu quero agradecer, porque conto com um grande aliado que é o nosso amigo, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que continua à frente da batalha pela implementação das Metas do Milênio.

Nessa ação mundial contra a fome e a pobreza, outros líderes mundiais têm-se pronunciado. Além dos presidentes Chirac e Lagos, nós tivemos a alegria de saber que o presidente do conselho de ministros da Espanha, nosso amigo Zapatero está muito e vivamente interessado em participar nessa política de combate à fome.

Outros tantos me têm feito chegar sua solidariedade. Espero, junto com eles, poder formar uma verdadeira coalizão para colocar a questão da fome no topo da agenda política internacional.



Queremos passar da retórica à ação. Por isso vamos definir objetivos concretos e viáveis.

Os recursos adicionais que as Nações Unidas e o Banco Mundial estimam necessários para atingir as Metas do Milênio até 2005 são, relativamente, modestos. Aliás, muito modestos, são apenas 50 bilhões de dólares por ano.

Isso, sinceramente, é muito pouco! Eu diria, quase nada, diante da quantidade de trilhões de dólares que circulam pelo mundo afora ou da quantidade de bilhões de dólares que se gasta em guerras desnecessárias ou no comércio de armamento.

Equivalem a menos de dois meses dos gastos dos países desenvolvidos com subsídios agrícolas ou a menos de três semanas dos gastos militares em todo o mundo, que hoje voltam a alcançar os absurdos níveis da Guerra Fria.

Há, portanto, um enorme potencial de recursos que podemos, e devemos, mobilizar para o combate à fome e à pobreza. Nessa empreitada precisamos estabelecer uma parceria entre governos, organismos internacionais, a sociedade civil e, eu diria, o setor da iniciativa privada.

Também levarei essa mensagem para Nova Iorque, onde participarei, na próxima semana, do *Global Compact*. É outra importante iniciativa do secretário-geral Kofi Annan, que congrega um grupo de empresas socialmente responsáveis. Acredito que poderia ser expandido e direcionado para o objetivo maior do combate à fome e à pobreza.

Minhas senhoras e meus senhores,

É preciso lembrar que a fome não apenas mata. Ela tira a capacidade de aprender, de trabalhar e, mais grave, tira a esperança de milhões e milhões de seres humanos. Com fome, não há cidadania. E sem cidadania, não se constrói uma sociedade justa e democrática.

Esta é minha a mensagem que, espero, possam levar a seus governos e instituições.



Juntos podemos construir uma autêntica aliança global em favor dos muitos pobres que esperam de nós não apenas humanidade e compaixão mas, sobretudo, responsabilidade política e ação.

Eu quero dizer aos meus amigos e amigas, ao secretário-geral das Nações Unidas, e pedir desculpas ao intérprete que está sem o texto agora, que nós estamos fazendo uma experiência que eu considero ainda não completa, que é o projeto de combate à fome no Brasil.

Nós assumimos o compromisso de, em quatro anos, atendermos 11 milhões de famílias que vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil. Isso atinge por volta de 44 milhões de pessoas.

Nesses 17 meses de governo nós já estamos atendendo a quatro milhões e meio de famílias. Chegaremos em dezembro a seis milhões e meio de famílias, mais da metade do que nos propusemos a fazer. E, certamente, até um pouco antes do prazo estipulado por mim, que era o último dia do meu mandato, nós chegaremos a atender as 11 milhões de famílias que nos propusemos.

Certamente, cada país tem que levar em conta a sua realidade, a sua situação econômica. Eu só queria lembrar que é preciso definir como prioridade, senão não fazemos. Se não for definida como prioridade de governo a política de combate à fome, e se na elaboração dos nossos orçamentos nós não deixarmos dinheiro para o combate à fome, o que vai acontecer é que todos os setores organizados na sociedade terão acesso ao orçamento antes dos que estão com fome.

Então, eu penso que os governantes precisam começar a discutir: primeiro, qual a fatia de dinheiro que vai sobrar ou que vão escolher, ou que vão decidir para combater a fome. E, depois, vamos saber o que fazer com o restante do dinheiro que sobrou. Não é uma tarefa fácil. É uma tarefa muito complicada, porque todos nós temos compromissos, todos nós temos que gastar em dezenas de áreas e atividades. Mas, eu queria alertar que um dos



sonhos que eu acho que todos nós precisaríamos ter, seria o de acordarmos um dia – eu tenho apenas 58 anos de idade – e sabermos que no mundo não tem mais nenhuma pessoa morrendo por desnutrição, que nenhuma pessoa está morrendo de fome. Isso é plenamente possível, porque o mundo produz alimentos suficientes, o mundo tem dinheiro suficiente. Eu penso que a decisão que nós temos que tomar é a decisão de melhor repartir o pão que nós mesmos produzimos.

É preciso sensibilizar corações e mentes dos governantes, da sociedade civil, dos empresários e fazer com que todos assumam isso como tarefa. Se nós fizermos isso, certamente, nós estaremos dando um passo extraordinário para sonhar com a humanidade vivendo de forma mais justa, democrática e mais saudável. Eu tenho certeza que nós poderemos alcançar isso. E não depende de outra coisa, senão da nossa vontade.

Se nós conseguimos fazer um organismo como a UNCTAD, que se reúne para fazer com que o comércio mundial seja mais justo, para fazer com que a circulação dos recursos disponíveis no mundo seja distribuída de forma mais justa, porque não poderemos também colocar a fome como um dos temas a serem debatidos quando voltarmos para os nossos países? Eu acho que está ao nosso alcance. Eu quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de, num fórum como este, poder colocar esse assunto na pauta. Olhamos na cara de todo mundo aqui e percebemos que todo mundo já tomou café de manhã, alguns não jantaram ontem à noite, porque chegaram muito tarde e tiveram muitas reuniões e certamente, todos nós vamos almoçar hoje, todos nós vamos jantar hoje. Mas é importante a gente lembrar que tem milhões que não tomaram café, que não vão almoçar, não vão jantar e que nós poderemos dar um pouco do nosso para eles.

Obrigado.

/cms/rss